

CDU 331.96(817.2)

POPULAÇÃO, FORÇA DE TRABALHO E EMPREGO NA AMAZÔNIA

Alfonso Rodríguez Arias(*)

Apresentação

De antemão gostaria de agradecer o convite para participar deste Seminário sobre Populações Amazônicas. O convite é importante para o IPEA, já que permite dar continuidade aos estudos sobre a situação social na região amazônica, iniciados em 1995 com a revisão das estimativas municipais de indigência na região através de um convênio de colaboração técnica IPEA- SUDAM.

Conforme solicitado originalmente, a minha colaboração limitar-se-ia a avaliar e comentar os resultados do Censo Demográfico de 1991 (CD-91) no que tange à situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho na região Norte. Entretanto, visando a uma apresentação mais completa, optei por incorporar a leitura de outras fontes que complementam e/ou contestam os resultados mais importantes do CD-91 : as PNADs dos anos 1990, 1992, 1993 e 1995, além dos dados mais recentes da Relação Anual de Informações (RAIS).

A abordagem habitual neste tipo de trabalho circunscreve-se ao exame do comportamento global dos principais indicadores do mercado de trabalho: taxa de participação, taxa de desocupação, ocupação formal/informal e rendimentos médios, complementado pelo exame dos diferenciais estaduais que apresentam esses indicadores. Essa revisão, porém, deixaria sem resposta questões importantes, tais como: afinal, a evolução do mercado de trabalho

(*) Consultor do IPEA-SEPLAN

contribuiu para melhorar ou piorar a situação social da região? Qual é a contribuição de cada um desses indicadores na melhoria ou deterioração das condições de vida da população? Quais foram os segmentos sociais mais beneficiados ou prejudicados pela evolução do mercado de trabalho?

A apresentação que se segue objetiva dar resposta, ainda que parcialmente, a essas interrogações.

1. A Equação da Renda Domiciliar

Ainda reconhecendo que o bem-estar domiciliar tem um caráter multifacético, no sentido de que são muitos os aspectos que contribuem para sua explicação, é incontestável que ele depende da capacidade de seus integrantes para gerar rendimentos correntes. O potencial gerador de renda domiciliar é condicionado pela composição demográfica, pelo maior ou menor grau de participação de seus membros no mercado de trabalho, pelo aproveitamento e tipo de inserção da mão-de-obra domiciliar nesse mercado bem como pelo nível dos rendimentos por eles percebidos. Também os outros rendimentos, oriundos de aposentadorias e pensões, ajudas dos programas governamentais ou de familiares que moram fora do domicílio podem representar uma significativa contribuição, chegando, em alguns casos, a serem as únicas fontes de renda domiciliar. Da mesma forma, entre os rendimentos domiciliares, que não provêm do trabalho, devem ser consideradas as rendas provenientes de ativos físicos e financeiros. Todos esses fatores, que definem a renda domiciliar, podem ser sintetizados através da seguinte equação:

$$\frac{\text{Pop. idade ativa}}{\text{Pop. Total}} \cdot \frac{\text{Pop. Econ. Ativa}}{\text{Pop. idade ativa}} \cdot \frac{\text{Ocupados}}{\text{Pop. Econ. Ativa}} \cdot \frac{\text{Rend. Trab.}}{\text{Ocupados}} \cdot \frac{\text{Total Rend.}}{\text{Rend. Trab.}} = \text{Rend. per capita}$$

De acordo com essa igualdade, as variações na renda real domiciliar *per capita*, ou seja, os avanços ou recuos no bem-estar, dependem do comportamento conjunto dos 5 fatores incorporados na equação e não apenas de um ou dois deles isoladamente. Enquanto o primeiro fator é de natureza estritamente demográfica, os três seguintes, a taxa de participação, a taxa de ocupação e o rendimento médio por ocupado, referem-se à situação do mercado de trabalho vigente. O último quociente sintetiza a contribuição dos programas de complementação da renda domiciliar, dos benefícios previdenciários e dos rendimentos dos ativos domiciliares na formação da renda domiciliar.

Nessas condições, a melhoria do bem-estar domiciliar pode ser explicada pelo comportamento favorável de um ou mais fatores, mesmo que os outros permaneçam inalterados ou, inclusive, apresentem uma deterioração. Dessa forma, um aumento da taxa de desemprego não necessariamente significa uma piora das condições de vida do conjunto da população ou de um segmento particular dela, se esse aumento é compensado ou superado pelo incremento da taxa de participação e/ou da renda média real por trabalhador.

Em relação ao indicador de síntese, a renda *per capita* real, cabe ressaltar que, além de espelhar a situação social domiciliar, ele tem a virtude de compatibilizar os resultados de diversos levantamentos domiciliares, mesmo quando os conceitos, definições, questionários e fluxos utilizados sejam diferentes. A condição essencial para esse uso conjunto de dados de diferentes fontes é que o quadro de rendimentos domiciliares de cada uma delas seja completo e fidedigno.

A equação apresentada permite conhecer os diferenciais geográficos nas condições de vida da população e, mais ainda, identificar a contribuição de cada um dos cinco fatores na estruturação desses diferenciais. Entretanto, quero aproveitar a oportunidade para enfatizar que a leitura dos dados domiciliares não pode nem deve limitar-se apenas à análise dos diferenciais geográficos. Os censos demográficos e as pesquisas domiciliares constituem levantamentos que, à diferença dos inquéritos econômicos ou dos registros administrativos, permitem conhecer conteúdos sociais na sua dimensão social, ou seja, com diferenciação entre grupos ou estratos sociais. Lamentavelmente, essa dimensão social dos dados sociais, raramente é reconhecida pelos próprios órgãos responsáveis pela produção de dados domiciliares. Eles, via de regra, acabam divulgando indicadores demográficos, do mercado de trabalho e setoriais discriminados apenas segundo suas diferentes abrangências geográficas.

A seguir, quero apresentar resultados de uma tabulação especial da PNAD 1990, onde os 5 indicadores da equação foram calculados para cada estado da região Norte, distinguindo 5 grupos sociais. Os grupos foram definidos em termos da renda domiciliar *per capita* em salários mínimos vigentes no mês de setembro desse ano: grupo 1: até $\frac{1}{4}$ S.M.; grupo 2: mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ S.M.; grupo 3: mais de $\frac{1}{2}$ até 1 S.M.; grupo 4: mais de 1 até 2 S.Ms e grupo 5: mais de 2 S.Ms.

Além de servirem de base para avaliar os dados do CD-1991, os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam diferenciais sociais bem mais expressivos que aqueles que surgem da simples comparação entre os domínios geográficos. Ainda que os resultados apresentados estejam sujeitos a elevados erros de amostragem, em virtude do insuficiente tamanho das amostras domiciliares levantadas nos estados da região Norte, eles mostram uma grande consistência interna em todos e cada um dos estados examinados. Finalmente, esclarece-se que os resultados referem-se exclusivamente ao contexto urbano, excluindo o estado de Tocantins.

2. Breves Comentários sobre os Indicadores da PNAD 1990

Com as únicas exceções de Roraima e Amazonas, a renda familiar *per capita* urbana dos estados da região apresentou-se inferior à média nacional urbana de CR\$ 15.051, equivalente a 2,5 S.Ms. Esses diferenciais no indicador de síntese se explicam pelas desigualdades existentes nas distribuições dos rendimentos dos 5 estratos sociais que compõem cada estado, implícitas nos resultados apresentados. Essa circunstância é facilmente exemplificada no caso de Roraima, onde a PNAD não reconheceu nenhuma família com renda *per capita* abaixo de $\frac{1}{4}$ S.M. Cumpre ressaltar que no Mapa da Fome do IPEA, referido ao mesmo ano, as áreas urbanas dos estados de Roraima e Amazonas são as que apresentam as menores percentagens de extrema pobreza. Por outro lado, os estados do Pará e do Acre, que na Tabela 1 acusam os patamares mais baixos de renda familiar *per capita*, são justamente aqueles que no citado estudo exibem os níveis mais expressivos de indigência.

A desigualdade de renda *per capita* entre grupos sociais é sempre mais expressiva que os diferenciais destas entre os estados. A desigualdade entre grupos familiares é particularmente expressiva no caso do Pará.

De um modo geral, o valor de cada um dos 4 primeiros indicadores aumenta à medida que melhora a situação econômica familiar. No quinto indicador, referido às rendas oriundas de outras fontes, a situação se inverte, sendo sempre mais favorável ao grupo de mais baixa renda (G1). Entretanto, na maior parte dos estados observa-se também um aumento desse indicador no estrato de renda mais elevado (G 5). A respeito deste quinto indicador, é importante destacar que os valores médios são sempre mais expressivos nos estados mais pobres e, vice-versa, nos estados com renda *per capita* mais elevada.

Tabela 1

Componentes da Renda Familiar *Per capita* por Grupos Sociais
Segundo Dados da PNAD 1990

	PIA/POP	PEA/PIA	OCUP/PEA	REND.TRAB/OC	R.FAW/R.TRAB	R.FAM. PER-CAP
BRASIL	0,7832	0,5521	0,9537	30.915	1,181	15.051
G.1	0,6350	0,3984	0,8625	3.814	1,282	1.067
G.2	0,7095	0,4546	0,9243	6.429	1,217	2.332
G.3	0,7597	0,5225	0,9490	10.418	1,152	4.521
G.4	0,8034	0,5778	0,9605	17.262	1,132	8.713
G.5	0,8455	0,6122	0,9802	57.760	1,191	34.916
RONDÔNIA	0,7430	0,5651	0,9589	29.924	1,070	12.887
G.1	0,5673	0,3559	0,7620	5.450	1,256	1.053
G.2	0,6696	0,4538	0,8738	7.969	1,111	2.352
G.3	0,7338	0,5187	0,9619	11.282	1,060	4.377
G.4	0,7642	0,5650	0,9836	19.557	1,034	8.567
G.5	0,7888	0,6657	0,9869	51.803	1,078	28.940
ACRE	0,7287	0,5666	0,9688	20.637	1,197	9.880
G.1	0,6250	0,3078	0,8499	4.434	1,364	989
G.2	0,6460	0,5673	0,9153	6.336	1,112	2.364
G.3	0,7148	0,5532	0,9808	10.265	1,095	4.361
G.4	0,7692	0,6300	0,9921	17.153	1,043	8.599
G.5	0,8181	0,6257	0,9906	44.616	1,293	29.247
AMAZONAS	0,7425	0,5278	0,9619	40.696	1,079	16.551
G.1	0,6044	0,2590	0,8332	7.244	1,247	1.178
G.2	0,6322	0,3893	0,9042	8.892	1,194	2.363
G.3	0,6876	0,4304	0,9561	14.025	1,135	4.503
G.4	0,7580	0,5190	0,9587	21.639	1,076	8.781
G.5	0,8093	0,6276	0,9851	63.789	1,074	34.270
RORAIMA	0,7428	0,5802	0,9779	55.386	1,069	24.962
G.1						
G.2	0,6765	0,3044	0,8571	14.175	1,040	2.602
G.3	0,6284	0,4319	0,9476	18.300	1,057	4.978
G.4	0,6932	0,5577	0,9310	23.563	1,012	8.582
G.5	0,7999	0,6563	1,0000	69.464	1,074	39.180
PARÁ	0,7475	0,5048	0,9618	26.828	1,155	11.248
G.1	0,6106	0,3705	0,9134	4.708	1,176	1.144
G.2	0,6827	0,4276	0,9640	7.264	1,134	2.319
G.3	0,7489	0,4977	0,9566	11.153	1,133	4.507
G.4	0,7977	0,5499	0,9775	17.732	1,113	8.461
G.5	0,8233	0,5794	0,9800	66.222	1,172	36.269
AMAPÁ	0,7377	0,5027	0,9787	31.977	1,157	13.423
G.1	0,5387	0,4286	1,0000	2.167	2,292	1.147
G.2	0,6123	0,3334	0,9000	10.667	1,446	2.835
G.3	0,6819	0,3834	1,0000	13.101	1,237	4.239
G.4	0,8054	0,4833	1,0000	20.477	1,137	9.067
G.5	0,7767	0,6096	0,9888	48.267	1,149	25.971

Fonte: F. IBGE: Tabulações Especiais da PNAD 1990

O quarto indicador, ou seja, a renda média por ocupado é, sem dúvida, o fator mais dominante na equação da renda domiciliar. Os resultados mostram que os rendimentos médios por ocupado nos estados do Acre e do Pará, ou seja, os mais pobres, são inferiores aos dos restantes estados. Situação oposta acontece nos estados de Roraima e do Amazonas, onde os rendimentos médios do trabalho por ocupado são largamente superiores à média nacional urbana e às médias dos outros estados da região.

As diferenças entre os valores médios dos três primeiros quocientes da equação entre os estados são menos expressivas que as correspondentes à renda média do trabalho por ocupado. A respeito do primeiro fator (PIA/POP), observe-se que os valores se situam em todos os estados em um patamar bem abaixo da média nacional, situação que, do ponto de vista da geração de renda domiciliar, é claramente desfavorável. No caso do segundo fator (PEA / PIA), repare-se na baixa taxa de participação que apresentam os estados do Amazonas e, particularmente, do Pará e do Amapá. Por outro lado, o terceiro fator (OCUP/PEA), ou seja, a taxa de ocupação é sempre superior à média nacional, sinal da existência de menor desemprego aberto na região.

O mais importante, entretanto, é que nesses três fatores observam-se grandes diferenças entre os grupos sociais dentro de cada estado. As diferenças são particularmente acentuadas no caso das taxas de participação, registrando-se quocientes entre o estrato 5 e o estrato 1, que chegam a ser superiores a 100%, como no caso do Amazonas e do Acre. Geralmente, esse elevado quociente pode ser explicado pela baixa taxa de participação feminina nos estratos sociais mais pobres.

Em suma, quero ressaltar que a leitura dos dados domiciliares na sua dimensão social abre uma perspectiva importante de análise das informações demográficas e ocupacionais, principalmente quando se trata de fornecer subsídios para a avaliação e/ou implementação de políticas sociais específicas de atendimento prioritário dos grupos sociais mais carentes.

Entretanto, a escassez de tempo e a indisponibilidade dos dados a nível de microunidades, no momento da preparação desta Nota, obrigaram-me a fazer uma leitura dos dados do Censo Demográfico e das PNADs mais recentes, que se limita apenas à sua dimensão geográfica.

A seguir, quero apresentar uma síntese dos resultados mais importantes do CD 1991, com algumas referências aos resultados do CD 1980, discriminados segundo situação do domicílio.

3. Síntese dos Resultados do CD 1991

3.1 Áreas Urbanas

Os dados do CD 1991, constantes na tabela 2, ratificam a ordenação estadual de bem-estar social urbano observada na PNAD-1990. Os estados de Roraima e do Amazonas apresentaram os valores mais elevados do Indicador de Síntese, ao passo que Pará e Acre ocuparam as posições inferiores, agora acompanhados pelo estado de Tocantins, que, no CD 1991, exibiu a menor renda *per capita* da região.

Tabela 2

Evolução do Quadro Demográfico-Ocupacional nas Áreas Urbanas

	Anos	PIA/PT	PEA/PIA	Ocup./	Rend.Trab./	Total	Ind.Síntese	INPC	Ind.Síntese
					Ocup.	Rend./Rend	Nominal	jul.94=100	sal.jul.
						Trab.			94=100
NORTE URB.	1991	0,7141	0,5398	0,8742	113.955,52	1,064656	40.885,79	0,015195	97,85
	1990	0,7444	0,5220	0,9624	31.807,00	1,115245	13.184,00	0,003642	131,64
	1992	0,7366	0,5825	0,9166	1.096.406	1,149244	495.603,98 *	0,214445	84,04
ACRE	1980	0,7017	0,4680	0,9783					
	1991	0,7259	0,5157	0,9399	102.988,98	1,122828	40.672,37	0,015195	97,33
	1990	0,7287	0,5666	0,9688	20.637,00	1,196833	9.880,00	0,003642	98,65
	1992	0,7439	0,6080	0,9180	1.377,466	1,97287	682.428,91	0,214445	115,72
AMAZONAS	1980	0,6810	0,4714	0,9748					
	1991	0,7261	0,4770	0,8797	136.069,07	1,090175	45.192,76	0,015195	108,15
	1990	0,7425	0,5278	0,9619	40.696,00	1,078882	16.551,00	0,003642	185,25
	1992	0,7408	0,5680	0,8905	1.136.117	1,147873	488.618,74	0,214445	82,86
AMAPÁ	1980	0,6922	0,5030	0,9731					
	1991	0,6990	0,4659	0,9093	134.507,56	1,094739	43.609,30	0,015195	104,36
	1990	0,7377	0,5027	0,9787	31.977,00	1,156532	13.423,00	0,003642	134,02
	1992	0,7252	0,4929	0,8459	1.246.234	1,068696	450.266,08	0,214445	76,35
PARÁ	1980	0,7054	0,4236	0,9734					
	1991	0,7351	0,4617	0,9275	104.326,46	1,139527	37.426,95	0,015195	89,57
	1990	0,7475	0,5048	0,9618	26.828,00	1,156329	11.248,00	0,003642	112,31
	1992	0,7327	0,5802	0,9202	1.000.644	1,184920	483.865,54	0,214445	78,66
RONDÔNIA	1980	0,6841	0,5101	0,9798					
	1991	0,7333	0,5405	0,9450	109.139,80	1,077007	44.026,10	0,015195	105,36
	1990	0,7430	0,5651	0,9589	29.924,00	1,069708	12.887,00	0,003642	128,67
	1992	0,7520	0,6150	0,9377	1.276.813	1,073040	594.121,05	0,214445	100,75
RORAIMA	1980	0,6922	0,5000	0,9730					
	1991	0,7141	0,5398	0,8742	155.611,68	1,064866	55.795,61	0,015195	133,53
	1990	0,7428	0,5802	0,8779	55.386,00	1,069400	24.962,00	0,003642	249,23
	1992	0,7221	0,6060	0,9350	1.721.249	1,060435	746.895,25	0,214445	126,85
TOCANTINS	1991	0,7402	0,4909	0,9527	95.112,72	1,090507	35.907,19	0,015195	85,93
URB.	1992	0,7288	0,6125	0,9254	833.407	1,150989	396.283,93	0,214445	87,20

Fonte: F. IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991 e PNADs dos anos 1990 e 1992

Em todos os estados da região observou-se uma deterioração do bem-estar médio domiciliar entre 1990 e 1991, situação que teria afetado principalmente as áreas urbanas dos estados com renda *per capita* mais elevada, ou seja, Amazonas e Roraima.

Lamentavelmente não foi possível dispor dos valores correspondentes ao 4º e 5º fatores no CD 1980. Desta forma, ficou impossibilitada a avaliação da evolução do indicador de síntese ao longo da década passada. Porém, no que se refere aos dois primeiros fatores – as relações PIA/PT e PEA/PIA –, cumpre sublinhar que a evolução deles mostrou-se amplamente favorável à geração de renda domiciliar, com a única exceção da taxa de participação no Amapá, que recuou de 50,3%, em 1980, para 46,6%, em 1991. Em compensação, a contribuição desses dois quocientes à geração das rendas domiciliares viu-se comprometida pelo generalizado crescimento das taxas de desemprego aberto entre os dois CDs. É importante destacar que o forte aumento da taxa de desemprego aberto na área urbana, em todos os estados da região Norte entre o CD 1980 e 1991, também observada nas outras regiões urbanas do país, parece exagerado, mesmo levando-se em consideração a severa recessão econômica vigente em 1991. Os dados da PME do ano 1991 e das PNADs 1990 e 1992 mostram uma elevação das percentagens de desemprego aberto nesses anos, porém em patamares bem menores aos registrados pelo CD 1991. Nesse sentido, convém lembrar que o CD vinha mostrando taxas históricas de desemprego menores que as obtidas através das pesquisas domiciliares e que no CD-1991 não se observa nenhuma mudança significativa na estrutura e seqüência das perguntas, nem nas instruções de coleta em relação a 1980.

A comparação das taxas de participação urbanas do CD 1991 em relação às correspondentes à PNAD 1990 e 1992 demonstra que a enumeração da PEA censal continua bem abaixo da correspondente às pesquisas domiciliares, conforme já tinha sido detectado por ocasião da avaliação dos dados do CD 1980. Cabe observar ainda que no CD essa taxa refere-se aos últimos 12 meses, ao passo que na PNAD ela corresponde à semana anterior. Dessa forma, a almejada complementaridade CD-PNAD continua comprometida. Contudo, é importante apontar que o aumento das taxas de

participação urbana na região (excluído Tocantins) de 0,448, no CD 1980, para 0,480, no CD 1991, mantém estreita correspondência com a elevação das taxas de participação registradas pela PNAD entre 1981 e 1990. Dessa forma, a comparabilidade dos dados ocupacionais dos últimos dois censos demográficos nas áreas urbanas da região Norte parece mais segura que a correspondente à década anterior.

Os diferenciais de rendimentos por ocupado entre as áreas urbanas dos estados da região explicam boa parte das discrepâncias dos valores do indicador de síntese no CD 1991. Por outro lado, a contribuição das outras rendas à formação da renda familiar *per capita* é sempre mais significativa nos estados mais pobres, com destaque para os estados do Pará e do Acre.

3.2 Áreas Rurais

Inicialmente, é importante lembrar que os dados rurais levantados pelo CD 1991 na região Norte representam a única fonte de informação disponível para conhecer a situação social dos 4,1 milhões de pessoas que se espalham no vasto território rural amazônico. A exclusão das áreas rurais da região Norte pela PNAD impossibilita conhecer a evolução demográfico-ocupacional mais recente.

Os dados apresentados na Tabela 3 dão conta de valores nominais do indicador de síntese rural bem menores que os correspondentes às áreas urbanas, com a única exceção do estado de Roraima, onde a renda média *per capita* rural é 9,7% superior à urbana. Essa superioridade, que pode ser atribuída à elevada renda média por ocupado gerada nos garimpos, é importante em se tratando do estado que apresenta a mais alta renda *per capita* urbana da região. Dessa forma, explica-se que o estado de Roraima apresente índices muito baixos de pobreza.

Nos estados do Pará e do Amapá, o quociente entre essas rendas rurais e urbanas alcançou, em 1991, a 0,55 e 0,50, respectivamente. Apesar de revelar uma elevada precariedade nas condições de vida nessas áreas, o indicador de síntese desses estados é superior ao

exibido pelos restantes estados. Observe-se que os estados do Acre e de Tocantins mostram os mais baixos níveis de renda monetária *per capita* na região.

O diferencial de bem-estar rural entre os estados da região, implícito nesses indicadores de síntese, está estreitamente associado às diferenças nos rendimentos médios por ocupado (4º fator) entre os estados. Tudo leva a crer que a melhor situação de bem-estar rural nos estados do Pará e do Amapá está vinculada à maior e melhor aproximação dessas áreas aos centros de consumo urbanos.

No que se refere ao 5º fator, repare-se que o Acre, o Amazonas e, especialmente, Tocantins, que apresentam os mais baixos índices de bem-estar rural, são justamente os que revelam as mais elevadas contribuições dos outros rendimentos à formação da renda familiar.

Também, é interessante observar que os dois primeiros fatores, os quocientes PIA/PT e PA/PIA, são amplamente favoráveis nas áreas rurais dos estados de Roraima e do Acre e, particularmente, desfavoráveis no estado do Amazonas. A composição socio-demográfica da população é determinante nessa maior ou menor contribuição à formação da renda familiar.

Por último, os dados da Tabela 3 acusam um generalizado incremento do 1º fator em relação a 1980 e, simultaneamente, um declínio nas taxas de participação rural (2º fator) e de ocupação (3º fator). No conjunto, esses três fatores mostraram-se apenas favoráveis à geração de renda familiar rural, entre 1980 e 1991, nos estados do Pará, de Rondônia e de Roraima.

A seguir, comentam-se, de forma muito sucinta, os resultados das PNAD 1992- 1995, referidos apenas às áreas urbanas.

Tabela 3
Evolução do Quadro Demográfico-Ocupacional nas Áreas Rurais - 1981/1990

Anos	PIA/PT	PEA/PIA	Ocup./PEA	nd.Trab/ ocup.	D/Rend. Trab.	Ind. Síntese Nominal	INPC Jul.94=100	Ind. Síntese e sal. Jul/94=100	
NORTERURAL	1991	68,17	46,34	95,14	57.846,87	11,077027	18.724,74	0,015195	44,81
ACRE	1980	62,85	46,74	98,92					
	1991	66,08	44,89	95,80	40.765,60	1,091454	12.642,69	0,015195	30,26
AMAZONAS	1980	62,68	47,31	98,14					
	1991	64,57	42,68	93,16	46.458,88	1,096749	13.082,37	0,015195	31,31
AMAPÁ	1980	65,94	49,20	98,08					
	1991	63,12	46,07	85,52	81.914,95	1,075674	21.915,14	0,015195	52,45
PARÁ	1980	64,96	46,87	98,20					
	1991	68,22	46,62	95,09	63.437,94	1,080307	20.726,35	0,06195	49,60
RONDÔNIA	1980	66,76	52,32	99,01					
	1991	71,71	50,34	97,92	42.057,14	1,049636	15.604,05	0,015195	37,34
RORAIMA	1980	65,94	49,20	98,08					
	1991	74,71	52,46	96,36	159.014,14	1,017796	61.206,90	0,015195	146,48
TOCANTINS	1991	69,40	44,16	94,90	39.548,61	1,110938	12.778,75	0,015195	30,58
RURAL									

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991

4. Resumo da Evolução dos Indicadores Urbanos no Período 1992-1995

Os dados da Tabela 4 apontam para um forte declínio do bem-estar familiar urbano durante o período recessivo 1991-1993, seguido de uma forte recuperação no biênio seguinte. O valor do indicador sintético, a preços de julho de 1994, que em 1990 alcançou a 131,6 no conjunto das áreas urbanas da região (excluído o estado de Tocantins), chegou, em 1992, a 84,0 e a 97,7, em 1993. Os dados da PNAD 1995, no entanto, dão conta de um expressivo aumento desse indicador depois da implantação do Plano Real, quando o indicador atingiu um valor de 128,8 para o conjunto urbano dos 7 estados, agora incorporando o estado de Tocantins.

A decomposição desse indicador global a nível estadual, entretanto, apresenta uma evolução muito diferente. O destaque fica por conta das áreas urbanas do Acre e de Rondônia, onde o patamar do indicador de síntese em 1995 é significativamente mais elevado que o vigente em 1990 e 1991, principalmente a partir da implantação do Plano de Estabilização Econômica; em posição intermediária, situam-se os estados do Amapá, do Pará e de Tocantins, que conseguem manter praticamente a mesma renda *per capita* real entre os anos extremos do quinquênio; por último, as áreas urbanas do Amazonas e de Roraima, que apesar de serem as duas mais favorecidas no início da presente década, mostraram um severo declínio do indicador de síntese durante a recessão econômica.

Essa evolução altera o ordenamento de bem-estar estadual no quinquênio, colocando os estados de Roraima e de Rondônia na condição mais privilegiada em 1995, com índices de 186,6 e 175,5 e, no extremo oposto, os estados do Pará e de Tocantins, com 112,8 e 87,4, respectivamente.

Mais uma vez, as diferentes trajetórias podem ser explicadas principalmente pela evolução do 4º fator, os rendimentos médios do trabalho por pessoa ocupada. Observe-se, ainda, que o recuo das rendas do trabalho urbano ocorrido em Roraima e Amazonas explica o avanço apresentado pelo 5º indicador, ou seja, dos outros rendimentos no total da renda domiciliar, e vice-versa, no caso do Acre.

Tabela 4

Evolução do Quadro Demográfico-Ocupacional nas Áreas Urbanas - 1992/1995

Anos	PIA/PT	PEA/PIA	Ocup./PEA	Rend.Trab/ ocup.nominal	Total Rend./ Rend. Trab.	Ind. Síntese/ Nominal	INPC jul.94=100	Ind.Síntese a preços jul.94=100
NORTE URBANO	1992	0,7366	0,9166	1.096,406	1,149244	495.603,98	0,214445	84,04
	1993	0,7434	0,9081	24.952	1,164037	11.548,19	4,299869	97,66
	1995	0,7531	0,9104	355	1,154288	163,41	126,837117	128,84
ACRE	1992	0,7439	0,9180	1.377,466	1,197287	682.428,91	0,214445	115,72
	1993	0,7557	0,9008	29.033	1,137599	13.164,94	4,299869	111,33
	1995	0,7421	0,9089	463	1,132357	211,50	126,837117	166,75
AMAZONAS	1992	0,7408	0,8905	1.136,117	1,147873	488.618,74	0,214445	82,86
	1993	0,7319	0,8498	23.754	1,147593	10.118,23	4,299869	85,57
	1995	0,7482	0,8930	371	1,180829	170,59	126,837117	134,50
AMAPÁ	1992	0,7252	0,9459	1.246,234	1,068696	450.266,08	0,214445	76,35
	1993	0,7490	0,9184	36,133	1,248457	15.920,76	4,299869	134,64
	1995	0,7695	0,8704	445	1,085157	175,55	126,837117	138,41
PARÁ	1992	0,7327	0,9202	1.000,644	1,184920	463.865,54	0,214445	78,66
	1993	0,7421	0,9264	23.818	1,189801	11.331,54	4,299869	95,83
	1995	0,7527	0,9225	297	1,197150	112,75	126,837117	112,75
RONDÔNIA	1992	0,7520	0,9377	1.276,813	1,073040	594.121,05	0,214445	100,75
	1993	0,7468	0,9324	28.088	1,111674	13.024,99	4,299869	110,15
	1995	0,7569	0,9263	503	1,071344	222,54	126,837117	175,45
RORAIMA	1992	0,7221	0,9350	1.721,249	1,060435	746.895,25	0,214445	128,65
	1993	0,7536	0,9469	42.472	1,194441	20.250,75	4,299869	171,26
	1995	0,7585	0,8649	518	1,139962	236,66	126,837117	186,58
TOCANTINS URB	1992	0,7288	0,9254	833,407	1,150989	396.283,93	0,214445	67,20
	1993	0,7653	0,9378	18.124	1,122893	0.243,58	4,299869	78,17
	1995	0,7595	0,9138	236	1,165117	110,88	126,837117	87,42

Fonte: FIBGE - PNADs dos anos 1992, 1993 e 1995

Deve-se salientar que as mudanças introduzidas no conceito de força de trabalho na PNAD 1992 e posteriores, bem como as alterações na forma e seqüência das perguntas sobre a procura de trabalho, desaconselham a comparação de resultados das PNADs recentes com a PNAD 1990 e CD 1991, notadamente no que se refere às taxas de participação e de ocupação (2º e 3º fatores). Nas primeiras, observam-se aumentos expressivos, entre 1992 e 1995, nos estados do Amapá e do Amazonas. Em outros, como Rondônia, registrou-se uma diminuição nada desprezível dessa taxa. Dessa forma, no conjunto das áreas urbanas da região, configura-se uma situação de estabilidade desse fator, com taxas de 58,3, em 1992, e 58,2, em 1995. No que se refere às taxas de ocupação nota-se o predomínio de uma tendência declinante, com 91,7 em 1992, e 91,0, em 1995, para as áreas urbanas dos 7 estados, situação que decorre principalmente do forte aumento do desemprego aberto urbano em Roraima, Amapá e Acre nesse triênio.

A evolução do quadro demográfico-ocupacional recente e o impacto sobre o bem-estar da população amazônica, apresentado através da leitura dos levantamentos domiciliares, é complementado, a seguir, com um resumido perfil comparativo dos principais indicadores sobre o emprego formal na região obtido dos resultados preliminares da RAIS 1995, referidos a um total de 1.192,8 mil empregos .

5. O Emprego Formal na Região Amazônica

Os dados da Tabela 5 dão conta de que a economia formal de cada um dos 7 estados da região suporta percentagens de homens e jovens até 24 anos de idade bem inferiores à média nacional. Essa situação, em boa medida, pode ser explicada pela acentuada importância do emprego público na região.

A mesma composição setorial justifica o mais vantajoso perfil educacional da mão-de-obra formal da região em relação ao resto do país. Essa superioridade qualitativa se observa particularmente nos empregados com 2º grau completo e superior.

A relação entre vínculos empregatícios/emprego em 31-12 é significativamente mais favorável em todos os estados da região

quando comparada com a média nacional. A menor rotatividade da mão-de-obra, implícita nesses menores quocientes é, sem dúvida, uma consequência da maior estabilidade empregatícia oferecida pelo emprego público.

Por último, o exame da composição do emprego por faixas de remuneração revela uma distribuição regional das remunerações menos eqüitativa que a média nacional, com a presença de percentagens mais elevadas de trabalhadores nas faixas extremas (inferior e superior) da distribuição. Observe-se que os estados do Amapá e de Roraima apresentam distribuições muito diferentes dos restantes, com percentagens de empregados na última faixa (10 e mais S.Ms) que quase duplicam o correspondente aos outros estados e à média nacional, além de percentagens inferiores a 30% de trabalhadores com menos de 2 S.Ms.

Tabela 5
Perfil dos Empregados (%) Resultados Preliminares RAIS 1995

	Brasil	São Paulo	Norte	Acre	Amazonas	Amapá	Pará	Rondônia	Roraima	Tocantins
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sexo										
Homens	65,3	66,0	62,4	51,6	59,8	63,5	65,3	61,3	57,0	65,1
Mulheres	34,7	34,0	37,6	48,4	40,2	36,5	34,7	38,7	43,0	34,9
Idade										
10-14	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
15-17	2,7	3,4	1,0	0,8	0,9	0,6	0,6	2,0	1,7	1,7
18-24	22,0	24,2	18,0	15,0	19,5	17,8	16,5	19,4	17,2	21,2
25-29	18,0	18,4	19,2	17,7	19,9	20,1	19,2	18,6	16,6	19,8
30-39	29,9	28,6	33,2	32,9	32,6	33,4	33,3	34,0	34,0	32,3
40-49	18,2	16,8	19,0	20,8	18,3	18,8	20,2	17,3	19,6	16,3
50-54	8,1	7,5	8,1	9,9	8,0	8,0	8,8	6,5	8,4	6,8
65+	0,7	0,7	0,8	1,6	0,6	0,7	0,8	1,2	1,1	0,6
N.D.	0,3	0,2	0,7	1,3	0,5	0,7	0,7	0,6	0,9	1,2
Escolaridade										
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Analfabetos	4,2	2,9	5,2	6,7	4,5	3,7	5,7	4,1	4,9	6,5
4º incompleto	12,2	11,6	11,3	17,9	7,4	10,1	14,1	9,4	7,7	9,0
4º completo	15,9	17,8	9,0	5,4	8,1	8,0	8,7	13,5	7,9	9,5
5ª - 8ª incompleto	18,5	17,4	14,5	11,3	14,0	12,3	14,6	18,6	14,7	11,0
1º Grau completo	15,0	15,9	14,5	17,0	15,6	10,7	14,2	16,1	14,3	8,1
2º Grau incompleto	8,1	8,4	9,0	5,1	10,1	14,6	8,3	9,3	13,8	6,8
2º Grau completo	16,1	13,3	22,4	22,2	28,1	20,2	21,7	19,1	11,6	13,6
Superior incompleto	3,2	3,3	3,9	6,1	3,7	11,8	9,7	3,4	16,6	1,7
Superior Completo	8,8	9,4	10,3	8,3	8,4	8,7	9,7	6,5	8,6	33,7
Faixas de Renda										
100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0-1 SMS	10,4	6,6	9,3	12,7	5,6	5,5	10,1	10,5	13,6	14,8
1-2	26,2	15,2	31,6	30,2	27,3	18,6	36,8	30,8	15,3	30,0
2-3	19,2	22,6	17,3	17,2	20,2	14,5	16,9	18,9	9,4	12,3
3-5	18,4	22,6	16,3	13,9	20,5	15,3	14,6	13,7	14,2	19,4
5-7	8,4	11,1	7,7	8,8	8,8	11,7	6,1	7,7	11,4	9,2
7-9	4,7	6,2	4,7	4,2	5,0	9,3	4,0	5,6	8,5	3,0
9-10	1,7	2,1	1,7	1,8	1,6	3,5	1,4	2,2	5,4	1,0
+10	10,9	13,5	11,4	11,2	10,9	21,5	10,3	12,6	22,2	10,3
N.D.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vinculos/Emp.31/1:	1,5	1,6	1,3	1,2	1,4	1,3	1,4	1,3	1,3	1,3
% Poder Executivo	18,2	13,5	31,1	56,2	9,8	48,1	32,2	43,0	47,6	51,6